



Anais da Assembleia

N.º 53

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 78.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1977.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Ivan Rüppel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielso Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gabriel Sampaio. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Gilberto Carvalho**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

OFÍCIO:

Sob o número 51/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO o Projeto de Lei número:

151/76 Do Senhor Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Clube da Amizade, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 6.782.— **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, do Senhor ARMANDO PIRES.

A presente solicitação se faz, tendo em vista que o passamento do Senhor Armando Pires, consternou a sociedade de Borrazópolis, pois o mesmo era pessoa de inúmeras relações, e quer no meio comerciante, onde se destacou, quer no meio social e familiar, sempre pontificou com conduta ilibada.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa Sra. Maria Pires.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na ata desta sessão, um voto de congratulações à Primeira Igreja Batista de Curitiba pelo transcurso do seu 63o. aniversário de sua solene organização.

Resultado do pioneirismo do Pastor Manoel Virgínio de Souza, a Primeira Igreja Batista de Curitiba, localizada à Avenida Visconde de Guarapuava 3.007, vem prestando relevantes serviços para o aperfeiçoamento espiritual e cultural do povo.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao dinâmico Reverendo Marcílio Gomes Teixeira, Pastor da Igreja referida.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos respectivos titulares das Pastas de Segurança Pública e da Justiça do Estado, solicitando providências no sentido de ampliar e aprimorar os dispositivos para repressão ao crime e à violência na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Embora a atual situação de intranquilidade e insegurança que domina a cidade de Maringá, tenha sido por este Parlamento denunciada formalmente por duas vezes consecutivas, não se tomou conhecimento de que providências tenham sido levadas a efeito.

Maringá é um município que polariza uma região com população superior a três milhões de habitantes.

Por ser entroncamento rodo-ferroviário é autêntico chamariz de marginais e desajustados.

Porisso deve ser policiada com pulso firme, enérgico e com muita seriedade.

Carece, sobretudo, de condições materiais para repressão ao crime e à violência.

Urge a edificação de novo prédio para sediar a Cadeia Pública, vez que a atual, com insignificante dimensão, não é dotada das mínimas condições para atender suas finalidades.

Por outro lado, é premente o remanejamento, a substituição sumária do Delegado que chefia aquela subdivisão policial, além de elementos que o assessoram.

Sem pessoal gabaritado, sem viaturas suficientes, destituída de polícia técnica e sem prédio condizente de Cadeia Pública, Maringá é uma cidade ameaçada e intranquila.

É nosso dever denunciar ainda que o "jogo do bicho" campeia livremente para prejuízo de dezenas de famílias de cambistas lotéricos, tudo sob o olhar complacente do Chefe de Polícia.

Comenta-se que tal autoridade é "subsidiada" pelos infratores.

Finalizamos encarecendo às autoridades acima nominadas, a necessidade de providências imediatas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de solidariedade aos Senhores Advogados e Procuradores integrantes da Procuradoria do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

EMENDAS:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Inclua-se ao Art. 152, do Título V, Das Disposições Gerais e Transitórias, dois parágrafos com a seguinte redação:

"Art. 152

§ 1.º Os atuais cargos, integrantes da série de Classes de Advogado e os de Procurador, da lotação da Procuradoria Geral do Estado, ficam transformados e, com seus respectivos ocupantes, passam a constituir a carreira de Procurador, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal da referida Procuradoria, constituída de quatro classes, cujo provimento será feito pelo critério exclusivo de antiguidade no cargo de Advogado, entre os atuais ocupantes.

§ 2.º Os cargos vagos de Advogado, remanescentes da transformação de que trata o parágrafo anterior, passam a integrar a Classe Única de Advogado, cujo provimento será feito mediante o concurso público de provas e títulos".

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(a) ACCIOLY NETO. Apoio: Trajano Bastos, Domício Scaramella, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Ivan Rüppel, Osvaldo Macedo, Dácio Leonel, Otássio Pereira, Edilson Alencar, Maurício Fruet, Enéas Faria e Jayme Rodrigues Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A forma do primeiro provimento, que os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 152 das Disposições Gerais e Transitórias, ora incluídos através desta emenda, disciplinam, é matéria que deve constar dessa Parte da Constituição e conseqüente às alterações propostas, por outra emenda ao Artigo 60 da Carta Estadual.

Por tratar-se de primeiro provimento, onde serão distribuídos Advogados servidores, a maioria com mais de dez anos de bons serviços prestados e já comprovada capacidade de trabalho, através de tantos anos dedicados ao Estado, não poderia ser melhor, nem mais justo, do que colocá-los nos lugares certos. Isto é, distribuí-los nas quatro classes criadas pelo artigo 60, adotando-se o princípio de antiguidade onde os mais antigos na carreira de Advogado, com mais tempo dedicado ao seu Estado ficarão na classe mais elevada, incluídos aí os atuais Procuradores, e os mais novos, em sua maioria com mais de dez anos de serviços, nas primeiras classes, com a oportunidade de promoções posteriores que deverão ser feitas alternadamente por merecimento e antiguidade, obedecidas daí, as normas do artigo 80 e seu parágrafo 2.º do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Os artigos 59, 60, 61 e 62, da Seção VII, do Capítulo IV, Título I, da Constituição do Estado do Paraná, passam a ter as redações e os parágrafos seguintes:

Art. 59 A Procuradoria Geral do Estado, com autonomia administrativa e financeira, subordinada diretamente ao Governador, é o órgão de representação judicial e extra-judicial do Estado, exercendo as funções de consultoria jurídica do Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado, bem como assistência judiciária aos necessitados.

Art. 60 A Procuradoria Geral do Estado é constituída por Procuradores e Advogados e terá Quadro composto da carreira de Procurador, com quatro classes e de Classe Única de Advogado, observando-se quanto ao provimento ini-

cial, o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e Artigo 63, § 2.º, desta Constituição.

Parágrafo Único. Terão os Procuradores, seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimos entre uma classe e a respectiva seguinte, atribuindo-se aos da Classe mais elevada não menos de nove décimos dos vencimentos do Procurador Geral do Estado. Os Advogados da Classe Única terão seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimos da Classe inicial da carreira de Procurador.

Art. 61. A representação do Estado, nos processos fiscais será exercida pela Procuradoria Geral do Estado, podendo ser atribuída nas comarcas do interior, na falta de Sub-Procuradorias Regionais, ao Ministério Público.

Art. 62. O Procurador Geral do Estado será nomeado em comissão pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com os mesmos vencimentos do Procurador Geral da Justiça e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Parágrafo Único.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO. Apoio: Trajano Bastos, Domício Scaramella, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Dácio Leonel, Otássio Pereira, Edilson Alencar, Osvaldo Macedo, Maurício Fruet, Enéas Faria, Fidelcino Tolentino, Ernesto Dal'Oglio, Jayme Rodrigues Carvalho e Ivan Rüppel.

JUSTIFICATIVA:

1. A Procuradoria Geral do Estado, pela sua importância e pelo trabalho que desenvolve, está na dinâmica da Administração em igualdade com as Secretarias de Estado. Pode-se dizer, sem nenhum exagero, que, tendo em conta as suas características especiais de órgão eminentemente técnico-jurídico, a Procuradoria está situada em posição preeminente, pelo que representa em juízo e fora dele, atendendo, defendendo e orientando TODAS as Secretarias de Estado, e, a par disso, influi até na preservação do erário público e também do patrimônio do Estado do Paraná.

Por tudo isso é justo que, ao menos, a Procuradoria Geral do Estado tenha a prerrogativa de uma Secretaria de Estado, com autonomia financeira e administrativa e com subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo. Essa situação proposta na emenda, ademais, é uma necessidade técnica da Procuradoria que se verá transformada em órgão desburocratizado, sem nenhum entrave, portanto, para a sua plena atuação.

A medida, ora consubstanciada no novo texto proposto ao Art. 59 da Constituição do Estado, não é, todavia, uma iniciativa original e pioneira. Ao contrário, é prática corrente em diversos Estados. É o caso do Rio Grande do Norte que a prevê no Art. 51 da sua Constituição, com a redação dada pela Emenda número 4. Igualmente o Estado do Rio de Janeiro fez por contemplar na Constituição (Art. 86) essa subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo.

2. De outro tanto, torna-se imperativo que se discipline e se dê estrutura a uma carreira que vem se mantendo, ao longo dos anos, prisioneira de dois níveis: vinte e seis e vinte e sete.

A carreira de Advogado há muitos anos — não sofre nenhuma alteração e nela não se fez nenhuma promoção, estagnando-a no tempo, em prejuízo evidente da própria administração e atingindo diretamente seus ocupantes.

Em conseqüência disso, vem ocorrendo o inevitável achatamento.

Cria-se agora, pela emenda ao artigo 60 e seu parágrafo único, uma estrutura dentro da melhor técnica e coerência, onde os atuais ocupantes da carreira de Advogado recebem a denominação certa, a exemplo do que já se fez em outros Estados do

Brasil, e são enquadrados em quatro classes de Procurador, consagrando-se ao mesmo tempo o princípio da hierarquia dentro da carreira.

O servidor Advogado é um Procurador e sempre um Procurador desde sua nomeação.

É um advogado com características especiais e próprias, constituindo-se, ao ser nomeado, de imediato, um Procurador do Estado, sem juízo ou fora dele, sempre agindo em nome dele, e representando-o.

O Estado é seu cliente permanente.

O advogado, seu Procurador permanente.

Atendendo dispositivo desta Constituição, artigo 61, ora emendado pelo artigo 60, mantém-se uma classe única de Advogados para aproveitamento do remanescente de transformação prevista no § primeiro, do Artigo 152, agora também emendado, em outra proposta que somam vinte e um cargos que deverão ser ocupados por Advogados através de concurso público de provas e títulos.

Advogados estes que ocuparão as Sub-Procuradorias Regionais a serem criadas no interior do Estado.

Quanto aos vencimentos, matéria enfocada no § único do artigo 60 desta emenda, nada mais justo do que o critério adotado o universalmente consagrado princípio da proporcionalidade.

3. Por fim, a redação que se dá ao artigo 62 representa, na verdade, simples adequação do texto às disposições dos artigos 64 e 98 da Constituição Estadual e da Constituição Federal, respectivamente pela posição de igualdade do Procurador Geral do Estado, da Justiça, e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Número 52/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar a estrutura, a definir a competência, e a adotar as demais providências, com relação à Procuradoria Geral do Estado, de conformidade com esta lei.

TÍTULO I

DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 2o. — À procuradoria Geral do Estado, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 59, da Constituição Estadual, compete: representar judicial e extrajudicialmente o Estado, exercer as funções de Consultoria Jurídica do Executivo, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações e prestar assistência judiciária aos necessitados.

Parágrafo único — As atividades jurídicas da Administração Pública Estadual, serão organizadas em sistemas, sob a direção de Procuradoria Geral do Estado, implantado mediante Decreto.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 3o. — A Procuradoria Geral do Estado, tem a seguinte estrutura:

- I — Procurador Geral do Estado.
- II — Conselho da Procuradoria Geral do Estado
- III — Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
- IV — Procuradoria Judicial
- V — Procuradoria Fiscal
- VI — Procuradoria Administrativa
- VII — Procuradoria de Assistência Judiciária
- VIII — Sub-Procuradorias Regionais
- IX — Representação Judicial em Brasília

X — Secretaria da Procuradoria Geral do Estado

XI — Centro de Documentação, Legislação e Informática.

CAPÍTULO

DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Art. 4o. — A Procuradoria Geral do Estado, é dirigida pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 5o. — O Cargo de Procurador Geral do Estado será provido em comissão, na forma do Art. 62, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — O Procurador Geral do Estado será substituído nos seus impedimentos e ausências por um Procurador designado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6o. — Compete ao Procurador Geral do Estado:

- I — receber citações e notificações nas ações propostas contra o Estado;
- II — representar o Estado em qualquer juízo ou instância;
- III — desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitações, mediante expressa e prévia autorização do Chefe do Poder Executivo;
- IV — avocar a defesa de interesse do Estado em qualquer ação ou processo, bem como atribuí-la à Procuradoria especialmente designada;
- V — propor ao Chefe do Poder Executivo, o ajuizamento, perante o Supremo Tribunal Federal de representações para declaração de inconstitucionalidade de leis;
- VI — propor ao Chefe do Poder Executivo, a declaração de nulidade ou a renovação de atos administrativos;
- VI — propor outras medidas visando ao aperfeiçoamento da defesa judicial, ou extrajudicial do Estado;
- VIII — despachar o expediente da Procuradoria Geral do Estado com o Chefe do Poder Executivo e entender-se com os Secretários de Estado, sobre assuntos das respectivas pastas, relacionadas com as atribuições da Procuradoria Geral do Estado;
- IX — apresentar ao Chefe do Poder Executivo, a lista de classificação dos concursos de ingresso nas carreiras de Procurador e Advogado bem como as listas de promoções;
- X — propor a nomeação, promoção, acesso, exoneração e demissão de servidores do Quadro Pessoal Administrativo de Procuradoria Geral do Estado;
- XI — superintender os serviços administrativos da Procuradoria Geral do Estado;
- XII — designar o órgão de exercício dos servidores subordinados à Procuradoria Geral do Estado;
- XIII — conceder férias, licenças, salário-família, salário-esposa aos servidores da Procuradoria Geral do Estado;
- XIV — aplicar penas disciplinares de advertência, repressão, suspensão até trinta dias e multa correspondente aos servidores administrativos da Procuradoria Geral do Estado;
- XV — instaurar sindicância ou processos administrativos de ofício, visando apurar irregularidades nos serviços da Procuradoria Geral do Estado;
- XVI — requisitar transportes para servidores da Procuradoria Geral do Estado;
- XVII — exercer as funções de Presidente do Conselho da Procuradoria Geral do Estado;
- XVIII — baixar portarias e expedir instruções disciplinando as atividades dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado e dos Procuradores;
- XIX — homologar concursos de ingresso à carreiras de Procurador e de Advogado do Estado;

- XX- exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas nos termos da Constituição do Estado;
- XXI- apresentar, anualmente ao Chefe do Poder Executivo, relatório dos trabalhos, sugerindo o que for conveniente aos serviços;
- XXII- exercer todas as atribuições anteriormente cometidas ao Consultor Geral do Estado e outras necessárias ao desempenho de seu cargo.

Parágrafo único — O Procurador Geral poderá delegar atribuições aos Procuradores Chefes, aos Procuradores e Advogados para a prática de atos previstos nos incisos II e III deste Artigo.

Art. 7o. — Ao gabinete do Procurador Geral do Estado incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO II DO CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 8o. — Fica criado o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com as seguintes atribuições:

- I- exercer o poder disciplinar relativamente aos integrantes das carreiras de Procurador e Advogado, apreciando transgressões e recomendando providências cabíveis em cada caso;
- II- organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso e promoção nas carreiras de Procuradores e Advogados;
- III- organizar listas de antigüidade; e de merecimento para promoção nas carreiras de Procuradores e Advogados;
- IV- processar e julgar as reclamações contra a classificação ou exclusão das listas para ingresso e promoção nas carreiras de Procurador e Advogado;
- V- proceder, em caráter permanente, ao controle de merecimento de Procuradores e Advogados, para efeito de estágio probatório e promoção, propondo, quando for o caso, a sua exoneração;
- VI- indicar os representantes da Procuradoria Geral do Estado que devem integrar comissões e órgãos de deliberação coletiva, ou realizar trabalhos especializados fora da repartição;
- VII- opinar sobre pedido de readmissão, reintegração, revisão, readaptação ou aproveitamento nas carreiras de Procurador e Advogado, e também sobre pedido de permuta, transferência ou remoção;
- VIII- conhecer das suspensões e impedimentos de Procuradores e Advogados;
- IX- sugerir ao Procurador Geral do Estado, quando necessário, a suspensão preventiva, até trinta dias (30), de integrantes das carreiras de Procurador e Advogado;
- X- indicar nomes de Procuradores e Advogados para comissões de processos Administrativos, Sindicâncias ou outros encargos de interesse do Poder Executivo;
- XI- deliberar sobre a conveniência de conferir caráter normativo e pareceres do órgão;
- XII- deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria Geral, submetidos à sua apreciação pelo titular do órgão.

Art. 9o. — O Conselho compor-se-á de nove (9) membros, sob a Presidência do Procurador Geral, membro nato, por 2 (dois) procuradores de 1a. classe, dois (2) de 2a. classe, dois (2) de 3a. classe e dois (2) de 4a. classe, eleitos, por um período de dois (2) anos, pelos demais integrantes da respectiva carreira, vedada a recomendação para o período imediato.

Parágrafo único — Para a eventualidade de substituição serão escolhidos, na mesma oportunidade, oito (8) suplentes,

dentro da mesma carreira, sendo dois (2) Procuradores de 1a. classe, dois (2) de 2a. classe, dois (2) de 3a. classe e dois (2) de 4a. classe.

CAPÍTULO III DAS PROCURADORIAS

Art. 10 — As Procuradorias, dirigidas por um Procurador Chefe, designadas pelo Procurador Geral, são órgãos incumbidos da defesa judicial e extrajudicial do Estado, dos serviços de Consultorias previstos no Art. 1o. desta Lei e bem assim, da prestação de assistência jurídica aos necessitados.

Art. 11 — As Procuradorias devem manter entendimentos diretos e estreita cooperação com os órgãos da administração pública, para o desempenho de suas atribuições.

Art. 12 — Os encargos de chefia das Procuradorias serão exercidos por integrantes da carreira de Procurador, sob forma de função gratificada.

SEÇÃO I DO PROCURADOR CHEFE

Art. 13 — Compete ao Procurador Chefe:

- I - dirigir, coordenar, superintender, orientar e distribuir os serviços de sua Procuradoria;
- II - despachar o expediente da Procuradoria, com o Procurador Geral do Estado;
- III - representar ao Procurador Geral do Estado sobre o que julgar cabível quanto aos serviços e atribuições de sua Procuradoria;
- IV - apresentar, anualmente, relatório dos trabalhos, sugerindo o que for da conveniência dos serviços;
- V - entender-se diretamente com os demais Procuradores Chefes sobre assunto de competência das respectivas Procuradorias;
- VI - orientar as Sub-Procuradorias Regionais e a Representação Judicial em Brasília, com elas entendendo-se diretamente nos assuntos relativos à sua Procuradoria;
- VII - comunicar ao Procurador Geral a solução dos processos e ações de interesse do Estado, propondo o arquivamento dos processos em que se verifique a impossibilidade ou inconveniência de procedimento judicial;
- VIII - exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento ou delegadas pelo Procurador Geral.

Parágrafo único — Ao Procurador Chefe, da Procuradoria Fiscal, além das atribuições previstas neste artigo, compete:

- I - promover a inscrição da dívida ativa, decidindo quaisquer questões a ela relativas;
- II - opinar sobre os pedidos de parcelamento de débitos nos termos da legislação fiscal.

SEÇÃO II DA PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Art. 14 — À Procuradoria do Patrimônio Imobiliário compete promover as medidas judiciais e administrativas, visando a defesa do patrimônio territorial do Estado.

SEÇÃO III DA PROCURADORIA JUDICIAL

Art. 15 — À Procuradoria judicial, compete representar e defender o Estado em juízo, como autor, réu assistente ou oponente, nas ações judiciais de qualquer natureza, exceto nos feitos de competência de outras Procuradorias.

SEÇÃO IV DA PROCURADORIA FISCAL

Art. 16 — À Procuradoria Fiscal compete promover as medidas judiciais e administrativas, visando a defesa dos interesses fiscais do Estado.

§ 1o. — A representação do Estado nos processos fiscais,

onde não houver Sub-Procuradorias Regionais, nas Comarcas do Interior, poderá ser atribuída ao Ministério Público.

§ 2o. — Para o desempenho de suas atribuições, a Procuradoria Fiscal manterá entendimentos diretos e estreita cooperação com os órgãos da Secretaria de Finanças.

SESSÃO V

DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Art. 17 — À Procuradoria Administrativa, incumbe defender o Estado em ações e processos judiciais e opinar nos expedientes administrativos atinentes a assuntos de pessoal e de serviço público em geral.

SESSÃO VI

DA PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 18 — À Procuradoria de Assistência Judiciária incumbe, nas diversas Seções Judiciárias, a representação judicial do Estado em ações de qualquer natureza e prestar assistência judiciária aos necessitados, nas jurisdições criminal, civil e trabalhista.

Parágrafo único — O Decreto regulamentar a que se refere o Art. 45 dividirá o Estado em Seções Judiciárias, dando organização normativa a esta Procuradoria, quanto a seus órgãos e respectivas atribuições (Art. 10., parágrafo único).

SEÇÃO VII

DAS SUB-PROCURADORIAS REGIONAIS

Art. 19 — Às Sub-Procuradorias Regionais subordinadas ao Procurador Geral do Estado, compete:

I - executar nas comarcas das respectivas regiões as funções atribuídas às Procuradorias, sob a orientação do Procurador Chefe competente;

II - exercer funções consultivas junto aos órgãos locais da administração estadual;

III - executar serviços de natureza especial que lhes forem atribuídos pelo Procurador Geral.

Parágrafo único — As Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto, mediante proposta do Procurador Geral do Estado ao Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO VIII

DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL EM BRASÍLIA

Art. 20 — A Representação Judicial em Brasília que será exercida por Advogado contratado ou por designação de integrante da carreira de Procurador, compete acompanhar e intervir em todas as causas e processos de interesse do Estado, perante os Tribunais Federais e órgãos Administrativos Superiores ali sediados.

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 21 — À Secretaria da Procuradoria Geral incumbe realizar todos os serviços administrativos do órgão.

SEÇÃO X

DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, LEGISLAÇÃO E INFORMÁTICA

Art. 22 — Tem por finalidade assessorar, coordenar, controlar e manter em funcionamento o Sistema de informação, documentação, legislação, jurisprudência e divulgação.

TÍTULO III

DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

Art. 23 — Os atuais cargos, integrantes da série de classe de Advogado e os de Procurador da lotação da Procuradoria Geral do Estado, ficam transformados e, com seus respectivos ocupantes, passam a constituir a carreira de Procurador, da Parte

Permanente, do Quadro de Pessoal da referida Procuradoria, obedecida a seguinte composição numérica:

1a. Classe.....	20 cargos
2a. Classe.....	52 cargos
3a. Classe.....	63 cargos
4a. Classe.....	75 cargos

Art. 24 — São atribuições privativas dos integrantes de carreira de Procurador do Estado:

I — promover a defesa do Estado em qualquer juízo ou instância.

II — exercer as funções de Procurador Chefe;

III — auxiliar e assessorar o Procurador Geral na execução dos encargos que lhe competem;

IV — exercer a supervisão, orientação, coordenação e fiscalização dos trabalhos de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, autárquico, empresas públicas e sociedades de economia mista, na esfera de competência da Procuradoria em que estiver lotado;

V — exercer outras funções, em qualquer repartição pública, por convocação da autoridade competente, mediante autorização do Procurador Geral;

VI — Participar do Conselho de Procuradores observada a disposição do art. 8o. desta lei.

Art. 25 — São assemelhados para todos os efeitos legais, os cargos de Procurador Geral do Estado e Procurador Geral da Justiça. (Arts. 98 da Constituição do Brasil e 64 de Constituição do Paraná).

CAPÍTULO ÚNICO

DA PROMOÇÃO

Art. 26 - As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antiguidade, obedecidas as normas do Art. 80 e seu § 2o., do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Art. 27 — Na aferição do mérito, o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, considerará os seguintes elementos de preferência;

I — a competência profissional, demonstrada através de trabalhos jurídicos no exercício da função;

II — a dedicação ao exercício da função pública e o espírito de colaboração;

III — os trabalhos jurídicos realizados;

IV — os títulos;

V — os diplomas de conclusão de cursos relacionados com a profissão, que não decorram de simples frequência.

Art. 28 — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado organizará lista para efeito de promoções por merecimento entre os que alcançarem melhor classificação, dela constando tantos nomes quantas forem as vagas, mais dois, dispostos em ordem de classificação decrescente.

Art. 29 — As listas de classificação por merecimento e por antiguidade serão publicadas no órgão oficial, para conhecimento dos interessados os quais poderão reclamar dentro de oito (8) dias.

Parágrafo único — Da decisão do Conselho sobre a reclamação caberá recurso, dentro do prazo de 10 (dez) dias, para o Procurador Geral do Estado.

Art. 30 — A Procuradoria Geral do Estado é também constituída por integrantes da série de classe de Advogado do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, e a sua lotação será feita mediante proposta do Procurador Geral, ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 31 — Os advogados serão lotados na Procuradoria de Assistência Judiciária e servirão nas Seções Judiciárias para as quais forem designados.

§ 1o. — Os Advogados perceberão, nas ações que propuseram os honorários devidos pela sucumbência.

§ 2o. — O advogado organizará a Seção Judiciária,

podendo solicitar às Faculdades de Direito da região, estagiários para colaborar com o serviço.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 — Ficam classificados como Procuradores de 1a. Classe os atuais Procuradores da extinta Consultoria Geral do Estado, bem como os ocupantes de dois cargos extintos, de Consultor Jurídico da Secretaria de Segurança Pública e do Departamento de Geografia, Terras e Colonização que obtiveram, por decisão judicial, transitada em julgado, os direitos e vantagens correspondentes àqueles cargos isolados.

Parágrafo único — Para efeito do disposto neste artigo, será obedecida a ordem cronológica decrescente de nomeação, quando for o caso.

Art. 33 — Os atuais ocupantes de cargos de Advogado, níveis 26 e 27, que à data da publicação da presente lei, figurarem na lotação da Procuradoria Geral do Estado e os ocupantes de cargos de Consultor Jurídico Tributário, do mesmo nível, ficam automaticamente enquadrados nos cargos de Procuradores de 1a., 2a., 3a. e 4a. classes, respeitado o critério exclusivo de antiguidade no cargo de Advogado.

Art. 34 — Os Procuradores terão seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimos entre uma classe e a respectiva seguinte, atribuindo-se aos da classe mais elevada não menos de nove décimos dos vencimentos do Procurador Geral do Estado.

Art. 35 — O reajustamento dos proventos dos funcionários aposentados; nos cargos de Advogado Geral, Sub-Consultores da extinta Consultoria Geral do Estado, será feito, de ofício, na base dos vencimentos do cargo de Procurador de 1a. Classe.

Art. 36 — Os vinte e um (21) cargos, atualmente vagos, integrantes da série de classes de Advogados, níveis nos. 28, 29 e 30, da lotação da Procuradoria Geral do Estado, remanescentes da transformação de que trata esta lei, passam à integrar a classe única de Advogado (Art. 28).

§ 1o. — O provimento dos cargos de Classe Única de Advogado, será feito, por concurso público de provas e títulos, entre os bacharéis em Direito, de comprovada idoneidade moral, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e com mais de dois (2) anos de exercício profissional.

§ 2o. — Os vencimentos dos cargos de Advogado serão fixados em nove décimos dos Procuradores de 4a. Classe.

Art. 37 — Procedido o enquadramento de que trata esta Lei, os cargos de Procuradores de 4a. Classe, que vierem a vagar, serão providos, exclusivamente, por Advogados, oriundos da Classe Única, constante do art. 35, obedecidos os critérios alternados de antiguidade e merecimento, para o acesso.

Art. 38 — Observadas as disposições desta Lei, aplicam-se aos Procuradores, subsidiariamente, as regras do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, enquanto não for criado o Estatuto próprio.

Art. 39 — O Procurador Geral do Estado poderá requisitar servidores de outros órgãos, na medida das necessidades da repartição, enquanto não for criado o Quadro de Pessoal Administrativo da Procuradoria Geral do Estado, a que se refere o parágrafo único, do artigo 18.

Art. 40 — Ficam integrados à Procuradoria Geral do Estado, na forma do art. 2o., inciso V e VII, e dos Arts. 15 e 17 desta Lei, a Procuradoria Fiscal da Secretaria de Finanças, e a Seção de Assistência Judiciária da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e os Advogados do Departamento de Rendas Internas (DRI), da Secretaria de Finanças (Art. 2o. e seu parágrafo 2o., da Lei no. 6212, de 9 de agosto de 1971).

Art. 41 — As atuais Sub-Procuradorias Fiscais da Secretaria de Finanças, ficam transformadas em Sub-Procuradorias Regionais do Estado e integradas à Procuradoria Geral, mas continuarão funcionando apenas com as suas atuais atribuições,

enquanto não dispuserem de pessoal em número suficiente dos demais recursos necessários, salvo casos especiais a juízo do Procurador Geral.

Art. 42 — Fica vedado o exercício da Advocacia aos Procuradores e Advogados, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 43 — O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE), a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), adaptarão seus Departamentos jurídicos aos dispositivos desta Lei, no que tange à classificação e vencimentos de seus Advogados, tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei no. 4339, de 28 de fevereiro de 1961 e o artigo 4o., II, do Regulamento do Decreto no.2680, de 18 de outubro de 1972, publicado no D.O., de 20 de outubro do mesmo ano.

Art. 44 — Ficam transferidas para a Procuradoria Geral do Estado as dotações orçamentárias consignadas às antigas Consultoria Geral do Estado, Procuradoria Fiscal da Secretaria de Finanças e Saúde e Bem Estar Social, respeitadas as suas destinações específicas.

Parágrafo único — O pessoal lotado nos órgãos integrados à Procuradoria Geral do Estado passa à lotação desta.

Art. 45 — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do Orçamento do Estado.

Art. 46 — Dentro de trinta (30) dias, o Procurador Geral do Estado submeterá ao Chefe do Poder Executivo, projeto de Regulamento da Procuradoria Geral do Estado, organizando-a e dividindo o Estado em Seções Judiciárias (Parágrafo Único, do art. 1o. e art. 17, parágrafo único).

Parágrafo único — Em igual prazo, o Procurador Geral do Estado remeterá ao Chefe do Poder Executivo, projeto de criação do Quadro de Pessoal Administrativo da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 47 — Os funcionários que tiverem a sua situação alterada por esta lei, terão seus títulos apostilados pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 48 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(aa) Accioly Neto,

Apoio: Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Ezequias Losso, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo e Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

A 13 de maio do ano passado, os advogados integrantes da Procuradoria Geral do Estado encaminharam memorial ao Governador Jayme Canet, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe, com apoio na Constituição Estadual.

A data é significativa e não pode passar despercebida, pois nesse dia se comemora, em toda a Nação, a libertação definitiva dos escravos, em outras palavras, o Brasil se rejubila de ser um País onde não há mais escravidão — “todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas . . .”, diz a Constituição vigente, no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais.

Antes de mais nada, “o que mais importa não é fazer iguais os desiguais”, a que seria negar a própria igualdade, por não se ver onde ela existe. “O que mais importa é vedar-se a desigualização dos iguais” - professa PONTES DE MIRANDA.

Todavia, essa lição do mais formidável jurista brasileiro, contida em comentário ao princípio da igualdade de todos perante a lei, caiu no vazio aqui no Paraná, em relação aos advogados da Procuradoria Geral do Estado.

É que, pelo Decreto número 1575, de 05 de fevereiro de 1976, o Governador do Estado entendeu de autorizar a

concessão, a procuradores e advogados, em efetiva jornada de trabalho na Procuradoria Geral do Estado, que prestem serviços de representação judicial, de consultoria jurídica ou de assistência judiciária, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, prevista no Artigo 172, número VIII, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

À primeira vista, a medida governamental pode parecer salutar, na medida em que deixa transparecer o desejo do Governador de melhor recompensar os advogados do Estado, que tantos e relevantes serviços têm prestado ao seu não muito pródigo mandante.

Mas, assim não é.

Pois, no mesmo Decreto, no § 1o., do Art. 3o., ficou estabelecido que a proposta da designação para a Procuradoria Geral do Estado não excederá de 60 (sessenta) procuradores e advogados. E, no § 2o. do mesmo Artigo, autorizou-se ao Procurador Geral do Estado a designação de mais 28 advogados ou procuradores, para prestarem encargos especiais nas diversas Secretarias de Estado.

Da soma das duas parcelas, chega-se a um total de 88 bacharéis, entre advogados e procuradores.

Mas, ascendem a duzentos bacharéis vinculados à Procuradoria Geral do Estado.

Ora, para o advogado não se pode estabelecer diferença no que tange à atividade profissional. Esta é igual para todos — representar em juízo ou fora dele o seu constituinte, ou, a seu pedido, emitir parecer sobre qualquer matéria jurídica.

Que encargo especial, do ponto de vista profissional, pode ter um advogado que está, do ponto de vista funcional, na mesma situação de outro bacharel?

Honestamente, nenhum. Qualquer encargo profissional atribuído a um, pode perfeitamente ser desincumbido por outro, com idêntica proficiência.

Afinal, o direito é igual e a variabilidade de situações fáticas são acomodadas às mesmas normas jurídicas.

Sem qualquer justificativa, destarte, o mencionado Decreto, que, ademais, burla e malfere o preceito contido no § 1o., do Art. 153, da Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei.

O memorial que hoje completa um ano, está assim redigido:

"Sr. Governador:

Os signatários, todos lotados na Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria do Estado da Justiça, com todo o respeito, impetram vênias para dirigir a V. Exa. o presente Memorial, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe, com apoio na Constituição Estadual.

1.— A Procuradoria Geral do Estado, constituída de Advogados e Procuradores, é definida, na Constituição Estadual, em seu Artigo 59, como sendo "o órgão que o representa judicial e extrajudicialmente e exerce as funções de consultoria jurídica ao Executivo, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, bem como assistência judiciária aos necessitados" (textuais). Nela, advogados e procuradores, têm as mesmas atribuições e competência.

2.— Invocando, ainda a Constituição Estadual, seu Artigo 26, § único, Item 5, estabelece que o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, deverá ser provida através de Lei Complementar, esta que, na hierarquia das leis, é prioritária e dever no próprio Estado, porque se constitui em complementação da Lex Legu.

3.— Por outro lado, a Procuradoria Geral da Justiça, órgão vinculado ao Poder Executivo, também integrante da Secretaria da Justiça, tem seu Estatuto próprio preconizado no Artigo 26, § único, Item 3, da Constituição Estadual, através de Lei Complementar.

4.— O Regulamento da Secretaria de Justiça, baixada pelo Decreto número 1533, de 23 de janeiro de 1976, ao estabelecer sua estrutura organizacional básica, colocou no mesmo plano hierárquico, em Nível de Direção Superior, lado-a-lado, a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral da Justiça e a Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas.

E, ao prevenir a competência dos 3 órgãos, vale frisar, dimensionou a importância de cada um de todos, dando-lhes igual estatura, no Concerto da Administração Pública.

Mais ainda, o Artigo 50, do diploma aludido, recomenda a promulgação, por Lei Complementar, do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

É que se pretende, Exmo. Sr. Governador, através deste humilde instrumento, que não representa, de modo algum, reparo à administração de V. Exa. da qual, os subscritos fazem parte, atuando em todas as suas áreas e setores.

Significa, isso sim e se espera que assim seja entendido, a sugestão construtiva para a reestruturação legal, em obediência ao mandamento da Constituição, de órgão ao qual pertencem.

5.— O Projeto de Lei Complementar, que acompanha este apelo, é dirigido ao elevado espírito de Justiça e de sensibilidade humana de V. Exa. sobejamente demonstrado no trato com os mais sagrados interesses do Paraná, do seu laborioso povo e do próprio funcionalismo público.

Encerra, sem sombra de dúvida, o condão de promover o reconhecimento do verdadeiro valor da Procuradoria Geral do Estado e oferecer aos seus integrantes, um tratamento condizente com o seu trabalho, essa gama extraordinária de serviços desde as defesas judiciais, o assessoramento e a Consultoria Judicial, a todos os órgãos estaduais, até a assistência judiciária, aos menos favorecidos.

É o espírito desta despretenciosa mensagem, Exmo. Sr. Governador.

6.— Desde que aprovado o projeto e transformado em Mensagem Governamental, "Datíssima vênias máximas", Vossa Excelência terá atendido ao mandamento constitucional, dando estrutura à Procuradoria Geral do Estado e, por extensão, aos seus membros, tratamento igual e justo, na mesma hierarquia dos integrantes da Procuradoria Geral da Justiça, dentro da própria definição, oferecida pelo Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça, no Decreto número 1533/76, já mencionado.

7.— A paridade constitucional, Excelência, adotada tão sabiamente pela Carta Magna, por certo, inspirou-se no princípio de que "não se pode e não se deve tratar desigualmente às igualdades" e, com sustento naquele primado, os signatários esperam — reiterando o que foi dito no preâmbulo que o presente seja recebido como um apelo ao espírito justiceiro do Governador de todos os paranaenses.

ITA SPERATUR."

2.— Sobre este Memorial, assim manifestou-se a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná:—

"A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em reunião ordinária de seu Conselho, realizada a 5 de agosto do corrente ano, tomou conhecimento do memorial que o quadro do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado encaminhou a Vossa Excelência.

Unanimemente, decidiu apoiar e encampar as justas e indíaveis reivindicações contidas naquele documento, subscrito por mais de uma centena de seus filiados, nomes honrados e ilustres, aos quais a classe e o Governo do Estado do Paraná muito estão a dever por reais e inestimáveis serviços prestados.

Os advogados do Estado, Sr. Governador, enquanto não for elaborado o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, através de Lei Complementar, de caráter prioritário, face o mandamento contido no Art. 26, § único, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, - continuarão marginalizados sobretudo no

que concerne à retribuição que lhes dá o Estado, presentemente aviltante, amesquinhada, como foi, exatamente pela inexistência de uma estrutura compatível com suas responsabilidades, no mesmo nível hierárquico da Procuradoria Geral da Justiça.

A paridade constitucional depende tão somente daquela lei complementar.

Na intenção de sensibilizar Vossa Excelência para um problema de magna importância, que envolve os altos interesses de seu Governo, aproveito-me do ensejo para apresentar-lhe Respeitosas Saudações”.

Em torno da questão, igualmente se pronunciou a Associação dos Magistrados do Paraná, que afirmou:

“Senhores Advogados:

Apraz-me acusar o recebimento do expediente subscrito por Vossas Senhorias, acompanhado de memorial dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, reivindicando melhor retribuição pelos reconhecidos serviços prestados à Administração Pública, como integrantes da Procuradoria Geral do Estado e solicitando, desta Associação, apoio que reputam valioso.

Na verdade, senhores advogados, a Associação dos Magistrados do Paraná, como os senhores Juizes em particular, tem sabido avaliar o empenho e dedicação de todos quantos militam na douda Procuradoria Geral do Estado, principalmente, na esfera judicial.

Por outro lado, sensível aos problemas que afetam tão dignos profissionais, esta entidade não poderia deixar de testemunhar todo seu apreço e solidariedade, certa que o eminente Chefe do Poder Executivo haverá de propiciar solução adequada.

Nem porisso, senhores advogados, cumprindo resolução da Diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná, transmi-to-lhes, e a todos que mourejam em tão importante órgão da Secretaria da Justiça, estas manifestações que espero traduzam o pensamento de todos os senhores magistrados do Paraná”.

E, como não poderia deixar de ser, também este Poder hipotecou seu apoio à legítima reivindicação dos advogados e procuradores do Estado, ao aprovar, na 117a. Sessão Ordinária, realizada em 23 de setembro de 1976, requerimento que subscrevi, através do qual se solicitou

“... O envio de ofício ao Excelentíssimo Governador do Estado, solicitando o encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, com urgência, do anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, que lhe foi remetido, através de Memorial, pelos advogados e procuradores do mencionado órgão”.

3. Todavia, a providência requerida pelos integrantes da Procuradoria Geral do Estado não obteve acolhida junto ao Chefe do Poder Executivo, que até hoje não remeteu à Assembléia Legislativa o aludido anteprojeto da Lei Complementar.

Tal providência, aliás, já era reclamada especificamente no texto do Decreto no. 1533, de 23 de janeiro de 1976, baixado pelo Governador do Estado para aprovar o Regulamento e a estrutura da Secretaria da Justiça. O art. 50, do mencionado diploma legal, dispõe que,

“Fica mantida a atual estrutura administrativa da Procuradoria Geral do Estado e respectivo regulamento baixado pelo Decreto no. 11.115, de 18 de março de 1963, até que na forma do item 5o. do parágrafo único do artigo 26 da Constituição do Estado do Paraná, seja promulgado, por Lei Complementar, o Estatuto próprio que deverá abranger todo o assessoramento jurídico na administração do Estado”

Mas, a OAB do Paraná voltou à carga, recentemente, tendo em vista que: “com o propósito de colocar em linha de evidência a marginalização dos advogados servidores do Estado do Paraná, que lhes é imposta, há muitos anos, por vencimentos aviltantes e mesquinhos. Em face de acreditarmos seja agora o

momento preciso para o encaminhamento de lei complementar que foi a sugerida por aquele expediente, que ratificou por sua vez o memorial dos advogados do Quadro do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado, — vimos a Vossa Excelência novamente apelar para a sensibilidade do nosso Governador do Estado no sentido de dar àqueles profissionais honrados e ilustres, que dignificam os quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, a condição que os nobilita a trabalhar com dignidade e firmeza, na missão de defender os altos interesses do Estado do Paraná, à altura da responsabilidade que lhes é confiada”.

Daí o presente projeto de lei que visa a alcançar a concretização da medida.

4. Na hierarquia das Leis, a Complementar é a primeira que se sobressai, dentre as outras, de vez que o Estado DEVE prover à complementação de sua Constituição na ordenação dos órgãos que expressam sua vontade. Por força do artigo 26, da Constituição Estadual, o projeto trata de Lei Complementar e não ordinária, desta distinguindo-se, porque na nomogênese da norma jurídica, a CONVENIÊNCIA e a oportunidade presidem ao nascimento da ordinária, quando é DEVER do Estado, prover para que a Constituição se complete, desde que o Estado é um sistema de fins, que pela sua própria natureza ôntica é normativo, e portanto, para a sua perfeita funcionalidade, é, não só necessário, mas essencial que esta Lei exista e seja adequada a seus fins.

Por isto é que, de conformidade com o artigo 59 da Constituição Estadual, englobou o projeto em seu seio, os órgãos judiciais que se multiplicavam em diversos sub-sistemas, e deu competência à Procuradoria Geral do Estado, para representar judicial e extrajudicialmente o Estado, exercer as funções de Consultoria Jurídica do Executivo, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações, e prestar assistência judiciária aos necessitados.

Com isto possibilitar-se-á à Procuradoria Geral do Estado, fazer face à enorme soma de atribuições e responsabilidades que lhe incunbem, constituindo o projeto medida que não mais poderá ser adiada. O volume de trabalhos que lhe estão afetos, cresceu extraordinariamente nos últimos anos, por força dos mais diversos fatores, entre os quais avulta a multiplicação dos serviços públicos, que passaram a ser atendidos pela administração estadual e que, por natureza, ensejam a constante intervenção do mesmo órgão. A organização deficiente atual da Procuradoria necessita de correção, com urgência.

5. O artigo 2o. do projeto prevê a criação de Procuradorias especializadas para os atendimentos setoriais específicos da atividade jurídica estadual, todas com funções de defesa do Estado em qualquer juízo ou instância, para corrigir a grave distorção até agora existente, de a mesma Procuradoria Geral do Estado ser obrigada a acompanhar recursos interpostos por outros órgãos, sem ter sido ouvida, previamente quanto aos aspectos essenciais da causa, no momento próprio.

Entre vários aspectos benéficos desta estruturação, pode-se ressaltar a integração da Procuradoria Fiscal, atualmente subordinada à Secretaria de Finanças, à Procuradoria Geral do Estado, sem prejuízo dos entendimentos diretos e da estreita co-operação que deve manter com a mesma Secretaria de Estado, por força da natureza de suas funções.

Não poderia deixar de ser assim, tendo-se em vista a unidade de representação judicial prevista pelo artigo 59, da Constituição do Estado que proibiu a multiplicação de órgãos afins, concentrando-se a competência dessa representação na Procuradoria Geral do Estado.

6. A Procuradoria é um dos pontos altos do projeto. Na implantação do sistema de atividades jurídicas da Administração Pública Estadual, sob a direção da Procuradoria Geral do Estado, conforme prevê o parágrafo único do artigo primeiro do projeto, mediante decreto será completada a estruturação da Procuradoria, e nos termos do estabelecido no artigo 45 e pará-

grafo único do artigo 17, deste Plano de Lei.

7. O projeto cria o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com numerosas atribuições, entre as quais a de formular diretrizes, supervisionar e fiscalizar os assuntos de natureza jurídica, a cargo do Procurador Geral, exercer o poder, disciplinar, zelar pela regularidade do funcionamento de todos os órgãos jurídicos, realizar a seleção para o ingresso e promoção nas carreiras de Procurador e Advogado, colaborar obrigatoriamente na expedição de pareceres normativos para uniformizar a jurisprudência e promover o estudo, planejamento e implantação de órgãos de apoio interno, que se fizerem necessários ao melhor desempenho das funções judiciais e administrativas a cargo da Procuradoria Geral.

8. Cria o projeto, a Corregedoria, que realizará correções gerais e ordinárias nos órgãos jurídicos, estaduais, visando vigilar para que as normas estruturais da Procuradoria, não se percam no vazio da pura vigência da norma que não corresponda à efetividade de sua projeção do mundo da efetividade social, com vistas aos fins visados. Aliás, o projeto todo, teve suas vistas voltadas para este objetivo.

9. No projeto, a carreira de Procurador do Estado, foi instituída com providência inadiável, pois a Administração necessita contar com um corpo de profissionais experientes e capazes, dedicados exclusivamente à defesa judicial e extrajudicial do Estado, à supervisão, direção e orientação dos trabalhos de Consultoria e Assessoramento do Poder Executivo e demais entidades públicas previstas no artigo 59.

10. Há um Quadro Único de Advogados, composto de vinte e um (21) cargos hoje vagos. O acesso regular à carreira será feito com obediência aos ditames constitucionais, por meio de concurso público de títulos e provas. Elas terão acesso à carreira de Procurador, por promoção, por merecimento e antiguidade.

11. As responsabilidades profissionais dos Procuradores é imensa. O seu preparo deve ser o melhor possível e somente vencimentos condizentes e adequados a esse preparo podem servir de incentivo aos bacharéis para procurar a carreira. Se não são ainda aqueles ótimos que o Estado desejaria pagar, a este órgão, como justo e merecido, obedecem à compatibilidade da conjuntura atual levantada para esta Secretaria e, pelo menos, são condignos.

A Procuradoria Geral do Estado, não realiza serviços transitórios e eventuais, ligados a programas ocasionais do governo, mas desempenha eminentes funções de caráter permanente estritamente vinculados às altas decisões do Poder Executivo, donde o caráter de órgão constitucional, que lhe foi reservado, pelo artigo 59 da Carta Estadual, em vigor, em paridade com a Procuradoria Geral da Justiça.

Este aspecto é de alta relevância. A equiparação estrutural e funcional das duas Procuradorias é necessária e órgãos de tamanho porte necessitam, por sua relevância, ter a importância e eminência que seus objetivos exigem. Os valores econômicos e morais defendidos, exigem um preparo profissional aprimorado e todos os aspectos, tanto estruturais, quanto funcionais, do órgão, mostram que a paridade deve ser explícita na lei.

Vedou-se a advocacia aos Procuradores e Advogados, para que voltem seus olhos ao profissionalismo de suas funções e se dediquem exclusivamente aos mistérios da defesa dos interesses do Estado. Desestimulados de se dedicarem a outras atividades particulares, aprimorar-se-ão no conhecimento das ciências jurídicas, na defesa de sua especialidade, com proveito para o Estado.

Esta vedação é meta buscada pelo legislador, mas é essencial que se paguem vencimentos condignos e que se respeitem as situações definitivamente constituídas. Sem isto, a regra constitucional prevista no artigo 153, § 3o. da Constituição do Brasil estaria ferida.

O reajustamento dos proventos, na forma incluída no projeto, dos funcionários aposentados nos cargos isentados, de provimento efetivo, de Advogado Geral do Estado, Procurador Geral da Fazenda, Sub-Consultores e Procuradores da Procuradoria Geral do Estado, hoje denominada Procuradoria Geral do Estado, constitui medida de mais elementar justiça, pois, apesar de terem prestado relevantíssimo serviço à causa pública, nos altos cargos que ocuparam, percebem vencimentos verdadeiramente irrisórios e incompatíveis com aquelas funções que exerceram. O próprio Governo Federal tem estendido, aos aposentados, os benefícios decorrentes das alterações das respectivas carreiras, encerrando assim, honrosamente, episódio idêntico com integrantes das carreiras de Diplomata, Procuradores da União e outras.

Assim, o presente projeto contém as regras fundamentais, que visam adequar-se aos fins da Constituição Estadual, corrigindo-se as distorções que a experiência indicou necessárias.

O SR. PRESIDENTE — (**Gilberto Carvalho**) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos novamente, povo do meu Paraná, e, principalmente do Norte Pioneiro, ao problema que concerne a malha rodoviária deste Paraná, deste grande Paraná, deste Paraná gigante que é o espelho das tradições brasileiras da economia de nossa terra e de nossa gente.

Tivemos a satisfação de, em contato com o ilustre Secretário dos Negócios dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, e com o não menos ilustre Diretor Técnico, Dr. Tancredo Benghi, receber a notícia publicada hoje no grande jornal "Gazeta do Povo", da realização de concorrência pública, e queremos, neste instante, traduzir a nossa euforia, para que se irradie para nosso povo a esperança do Paraná nesta grande equipe do Governo Jayme Canet Júnior, do Governo da Arena, do Governo da Revolução.

Para satisfação nossa, Sr. Presidente, vamos ler o aviso de concorrência pública sob o número 132/77 dos Serviços Rodoviários, Projetos de Engenharia, Edital de Concorrência no. 07/77: "O Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 09,00 horas do dia 03 de junho de 1977, na sala número 14, da Divisão de Estudos, Projetos e Pesquisas, localizada no 4o. andar do Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda, à Avenida Iguaçu, no. 420, nesta Capital, concorrência para elaboração dos Projetos de Engenharia e Projeto de Pavimentação, das rodovias abaixo indicadas, numa extensão total aproximadamente de 276 mil km".

Aproveitamos esta oportunidade para informar aos Srs. Deputados, à imprensa do Paraná, ao povo de nossa terra, principalmente ao povo do Norte Pioneiro, região que está muito bem aqinhoadada nesta complementação de obras do governo Jayme Canet Júnior.

Vemos o edital de concorrência, vemos as estradas: Código: Pr 092 - Santo Antônio da Platina - Barra do Jacaré - Andirá, aproximadamente numa extensão de 35 km; a PR 218, Joaquim Távora - Guapirama - Br 153, projeto de engenharia numa extensão de aproximadamente 23 km; e também, para felicidade nossa, felicidade do povo de nossa região...

O SR. PRESIDENTE — (**Gilberto Carvalho**) A Presidência comunica o nobre Deputado que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. No entanto, concede-lhe mais um minuto para que conclua seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado. O Sr. Presidente não está olhando o relógio, porque faz apenas 2 minutos

que iniciiei meu pronunciamento. Pediria a V. Exa. que me concedesse esse beneplácito para que possa informar ao nosso povo o que o Governo está realizando em nossa região.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) V. Exa. ocupou a tribuna às 10,12 horas e já decorreram 4 minutos do tempo concedido a V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. está equivocado, porque viemos à tribuna às 10,15 horas.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a PR 218, BR 153, Jundiá do Sul - Ribeirão do Pinhal, com 31 km; e também a PR 090, Ventania - Piraí do Sul, com 57 km de extensão e deixamos de mencionar outras porque nosso tempo está esgotado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos a euforia estampada em nossa terra, vemos a euforia estampada em nossa gente, porque vemos a malha rodoviária de nossa região, de nosso querido Norte Pioneiro concretizada com essas estradas que hão de ser feitas no governo de Jayme Canet Júnior.

Viremos, quantas vezes necessário fôr, a esta tribuna, para dizer ao povo do Paraná que, sem demagogia, humildemente, o governo Jayme Canet, estribado por S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes e pelo Sr. Tancredo Benghi, para trazer ao conhecimento do povo paranaense, principalmente ao povo do Norte Pioneiro, pelas inúmeras estradas que ali estão sendo construídas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná está sendo rasgado por uma fita asfáltica em todo seu território.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "No próximo domingo, o jornal "O Paraná" comemora seu primeiro aniversário de fundação. Toda a região Oeste e Sudoeste de nosso Estado se rejubila com a data festiva.

"O Paraná" não é apenas mais um jornal que se criou com o esforço e a iniciativa de profissionais desejosos de bem servir uma região, dotando-a da informação e do registro de acontecimentos que fazem o ciclo de jornalismo.

"O Paraná", que Jacy Scanagata compreendeu estar faltando ao Oeste e Sudoeste de nosso Estado, é um veículo especial. Na imprensa do Interior do Estado, a "Folha de Londrina" mostrou que veículos de informação fora da Capital do Estado podem e devem procurar aparelhar-se e cumprir a função de jornal, sem o acanhamento e as limitações dos pequenos veículos de avisos e informações dos pequenos municípios. A "Folha de Londrina" foi a pioneira numa região próspera que já se consolidava.

"O Paraná" surgiu noutra região próspera que se consolidou como polo de desenvolvimento. Surgiu com o espírito de iniciativa de seu criador, o atual Prefeito de Cascavel, Jacy Scanagata, e num momento especial do desenvolvimento de toda a região Oeste e Sudoeste do Estado.

De um lado, os veículos de informação da Capital ganham a amplitude de cobertura de todo o Paraná. De outro, municípios de grande importância, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e outros, se preparam para a tarefa de contribuir ao nível de suas regiões, para o importante papel da crítica, da pesquisa, do comentário, do registro e das informações.

"O Paraná" está cumprindo esse papel tão necessário. E desejamos compartilhar essa data importante para todo o Estado, cumprimentando sua direção, seus representantes nesta Casa, e todos que apoiam a iniciativa do espírito empreendedor de Jacy Scanagata que, mais do que servir a uma diretriz, a uma cidade e um município, está servindo ao Paraná inteiro.

"O Paraná", no seu primeiro ano, já mostrou que muito pode fazer por Cascavel, pelas regiões Oeste e Sudoeste do Estado e pelo Estado".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há 89 anos editou-se uma lei com a seguinte disposição:

"É declarada extinta a escravidão no Brasil. "Artigo II: "Revogam-se as disposições em contrário".

E estas disposições em contrário, no que se refere ao âmago da filosofia de vida democrática, ainda não foram revogadas.

A chamada Lei Áurea, objeto de uma disposição, que era e passou a ser o resultado de uma mobilização popular, de uma aspiração de caráter nacional.

Quem sabe até, auxiliada pela pressão das angústias, a Princesa Isabel foi quase que compelida a editar, em 1888, a chamada Abolição da Escravidão.

E é de se perguntar se realmente houve a abolição da escravidão.

E, se houve abolição com libertação.

Atualmente, o mundo moderno passa por uma série de crises e aqui no Brasil estas crises vêm se sucedendo desde a época pré-republicana, vêm se desenvolvendo através dos tempos e, os costumes políticos, as tradições políticas e essa movimentação social que se desenrola através dos séculos, ainda não chegou a sedimentar e a fixar na mente do povo brasileiro, indistintamente, um posicionamento consentâneo com a realidade moderna.

É para me declarar outra vez desapontado que expresso a dúvida sobre a liberdade, a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa e tantas outras liberdades.

Fala-se da questão dos direitos humanos que foi tema levantado pela Igreja desde os primórdios da civilização e a história nos dá notícias de que, no antigo Império Egípcio, quando ainda se esboçavam os primeiros governos do Alto e do Baixo Egito, pesquisavam-se os entendimentos para que os costumes do povo se fizessem e se desenrolassem de forma a haver harmonia, para que houvesse respeito não só dos cidadãos mas também dos governantes para com os cidadãos.

Final, se eram governantes, eram eles cidadãos, e por isso revestidos de toda essa mesma humanidade. Precisava-se dar um juízo prévio do comportamento do homem em si mesmo, na sua dimensão profunda, humana e feita à semelhança de Deus.

Ali, então, nascia, entre outras civilizações, o esboço dos primeiros princípios de entendimento entre governos e povo...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Presidência alerta V. Exa. que o seu tempo está esgotado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluirei, Sr. Presidente.

Depois, na evolução dos tempos as leis foram editadas, aperfeiçoadas e ajustadas a determinadas épocas e, hoje, depois de 89 anos que se declarou legislativamente através de gestões culminadas pelas aspirações populares que levaram inclusive Joaquim Nabuco...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente, data vênua, a Presidência está concedendo ao orador 10 minutos, quando, a mim, aos 4 minutos da minha presença na tribuna, foi-me tolhida a palavra.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa V. Exa. de que já havia alertado o orador que se encontra na tribuna, e concederei mais 1 minuto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, quero concluir.

Tenho o máximo respeito e procuro com toda postura,

postura que tenho procurado ter neste Parlamento e em toda minha vida, respeitar as instituições, desde que legítimas, e as pessoas e a ordem. Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui, mais uma vez, mais uma voz para que se instale neste País a liberdade que a Princesa Isabel decretou.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com tristeza que vimos, nesta oportunidade, à tribuna, para, mais uma vez, dizer da insatisfação do homem do campo; da insatisfação do homem que lavra a terra com seu suor; da insatisfação do homem do cabo da enxada; do homem que trabalha com máquinas; do homem que planta; do homem que colhe e, na hora de vender seus produtos, ele dá parte de seus produtos para aquele que não planta e não colhe.

O Governo não planta; não colhe; não sabe do sacrifício do produtor. Mas, gosta de intervir quando os preços estão bons. Disse o gerente da Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda., COPERVALE de Palotina, no Paraná:— Segundo ele, esta é a opinião transmitida pelos produtores de soja, diante do confisco de 12 por cento e diante do atual clima de incerteza.

Nós lemos no outro jornal, Sr. Presidente, que preocupado com a possibilidade de que o confisco cambial do soja se torne permanente, como ocorre com o café, o Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Peter Delvechio, disse ontem que além do confisco desestimular o produtor, haverá prejuízos à economia nacional. Segundo ele, caso a pretensão cambial do soja se torne permanente, teremos plantadores se mudando para os países do Prata, levando tecnologia e mão-de-obra.

Sr. Presidente, conhecemos algumas áreas do vizinho país - Paraguai - e lá conversamos com lavradores idosos, em sua maioria, do Estado do Paraná, lá se encontram plantando soja, plantando trigo, plantando hortelã, e, agora, isto antes do confisco do soja de 7 por cento; e, agora, o confisco foi para 12 por cento e nós achamos, Sr. Presidente, lá existem milhares e milhares de famílias paranaenses trabalhando nas terras paraguaias. Ali perto de Porto Strossner, próximo a Foz do Iguaçu, em áreas mais distantes, nas áreas próximas a Guaíra, de Salto Guaíra em diante, encontramos milhares e milhares de trabalhadores. E nós achamos, perfeitamente, Sr. Presidente, que com a cobrança do confisco cambial de 7 para 12 por cento, o que vamos fazer? Vamos afugentar ainda mais os nossos lavradores.

A economia brasileira vive dos ciclos. Tivemos neste País o ciclo da borracha, o ciclo do ouro, o ciclo do couro, o ciclo do café; estamos, agora, no ciclo do soja, do trigo.

E nós perguntamos: — O que vamos plantar daqui em breve, Sr. Presidente?

É no instante que o lavrador passa a ganhar um pouco mais...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Informo a V. Exa. que está esgotado seu prazo e concedo mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Eis que chegou o confisco, Sr. Presidente. E nós, diante desta tribuna vimos, mais uma vez, contestar mais uma vez, dar a nossa posição diante de um problema que aí está. Nós fazemos votos para que o dinheiro do confisco de sete, de 12 por cento agora, venha facilitar, venha melhorar a situação dos lavradores e não queremos que esse dinheiro seja dirigido para outros lados, senão o do interesse daqueles que plantam e daqueles que colhem.

Sr. Presidente, vou terminar aqui, eu li aqui, uma reportagem da última página da revista "Isto é", e diz o seguinte: "Tire o dinheiro da senhora da Caderneta de Poupança, e invista no custo de vida que está dando 4,2 por cento ao mês.— (Com

revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A 13 de maio de 1888 exultaram as consciências liberais e também aqueles que tinham profunda formação humanística, com a sanção da chamada Lei Áurea, cujo artigo 1o. declarava extinta a escravidão no Brasil.

A época, e provavelmente com raríssimas exceções ainda no dias de hoje, se dava uma interpretação decididamente unilateral a este artigo 1o., da Lei Áurea. Embora o texto seja de uma incrível clareza, no sentido de declarar extinta a escravidão, a grande maioria dos que se abalancaram na interpretação deste dispositivo, sempre o localizaram entre os negros. É que a escravidão do negro em nosso País até aquela data, 13 de maio de 1888, com as duas pequenas ressalvas anteriores, vale dizer, a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário, era de certa forma uma instituição do Império Brasileiro.

Mas ninguém se lembrou que a escravidão nem sempre diz respeito ao negro, por ele representar, do ponto de vista racional, um elemento diferente daqueles que detinham o poder da Nação Brasileira, na Colônia e depois do Império.

Tanto isso é verdade que todos os historiadores reconhecem que a escravidão dos trabalhadores no Brasil só foi realmente declarada extinta, com a Consolidação das "Leis do Trabalho", que estabeleceu rigorosamente uma série de direitos aos trabalhadores, ao tempo em que impõe uma série de deveres aos empregadores. Cuidou-se então, pela Consolidação, de declarar extinta a escravidão do operário brasileiro, ou melhor dizendo, do trabalhador brasileiro de forma geral.

Mas ainda há outras categorias profissionais que, de uma forma sutil, são mantidas num regime de semi-escravidão. E o mais grave, é que este tipo de regime é exatamente imposto pela administração pública, quando deveria ser ela a primeira a fazer com que os seus assalariados tivessem uma gama mais ampla de direitos claro que correspondentes a deveres na mesma proporção.

Mas não. O que se observa de maneira generalizada é que o servidor público, ainda vive aqui em nosso País, em regime de semi-escravidão.

De nada adiantam os Estatutos, porque eles, ao invés de se transformarem em conquista de mais direitos, acabaram por revelar em Estatutos-penais, onde há mais rigores e punições, do que vantagens e benefícios...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ACCIOLY NETO — Em seguida.

Mas, em nosso Estado, vive-se em relação a uma classe funcional, essa situação de semi-escravidão a que me referi. Essa classe é a dos Advogados e Procuradores que integram a Procuradoria Geral do Estado. E porisso é que trago hoje à consideração e à deliberação do Plenário, um requerimento, uma emenda constitucional e um projeto de lei. Todos eles tentam representar, de certa forma, não o quilombo, não a revolta isolada, não a Lei do Ventre Livre e muito menos a Lei dos Sexagenários, mas um despertador político e visem a fazer acordar às mesmas consciências liberais e às mesmas pessoas de formação humanísticas de hoje que exultaram com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888.

Não se trata de crítica cáustica à administração do Estado, pode ser que implicitamente exista este conteúdo, mas, na maneira de expressar, o que objetivo, antes e acima de tudo, é despertar o Chefe do Poder Executivo Estadual e cada um dos componentes deste Poder Legislativo para uma realidade que não se deve, não se pode e seria uma ignomínia esconder de todos os paranaenses.

Em primeiro lugar dou conhecimeto à Casa de requerimento, através do qual peço um voto de solidariedade aos

badvogados e procuradores que integram a Procuradoria Geral do Estado.

Mas, este é um gesto simbólico e que vai implicar apenas quase num estender a mão, para arrancarmos de um cativeiro funcional uma classe que vem sendo marginalizada, não só no tempo, mas, principalmente, no espaço.

E porque assim é, também à deliberação da Casa emendas constitucionais, uma delas alterando os artigos 59, 60, 61 e 62 da Seção VII, do capítulo IV, Título I, da Constituição do Estado do Paraná, que trata da Procuradoria Geral do Estado.

E a outra, incluindo ao art. 152, do Título V, das Disposições Gerais e Transitórias, também da Constituição do Estado do Paraná, dois parágrafos para regular o provimento dos cargos das novas carreiras que são criadas para a Procuradoria Geral do Estado, mediante emenda constitucional.

Todavia ficaria num vazio se me limitasse tão só ao requerimento, e às emendas constitucionais e não tentasse, conquanto discutível a constitucionalidade da iniciativa, apresentar um projeto de lei complementar através do qual a Assembléia dará a necessária autorização ao Chefe do Poder Executivo para fixar a estrutura, definir a competência e adotar as demais providências em relação à Procuradoria Geral do Estado.

Entrego, portanto, à Assembléia o poder decisão absoluto em torno do teor do requerimento e o mérito das duas emendas e, simultaneamente, ensejo a oportunidade da Assembléia examinar o projeto e, se entender de aceitar e aprová-lo; encaminhe-o ao Governador do Estado para que ele desperte também dentro de si a consciência cívica que sei que possui e sancione o projeto, transformando a lei complementar que é exigência da Constituição, num gesto similar ao da Lei Áurea de 13 de maio de 1888.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Accioly Neto,

V. Exa. enriquece os Anais desta Casa com o talento e a dedicação ao estudo de tema de grande interesse do povo que V. Exa. representa, eu quis, para colaborar - quem sabe - na minha pretensão, com o esclarecimento que V. Exa. dava no preâmbulo de sua fala. É que, ao falar de funcionário público, que V. Exa. bem encara meu pensamento, lembrei-me que o Estado do Paraná possui um organismo que foi convertido em fundação: a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, onde, em seu quadro próprio, existem, aproximadamente, 150 funcionários que são regidos, em parte pelo Estatuto do Funcionalismo Público e, em parte, pela CLT, mas que, até agora, não receberam o aumento de vencimentos.

E hoje, depois de 89 anos de declarada extinta a escravidão, esta é uma forma de jogo que ainda pesa, não só sobre o prestador de serviços ao Estado, mas a tantas instituições públicas e privadas. E é de se estranhar que, ao que se percebe, o atual chefe daquele organismo - quem sabe até para se valorizar perante o sistema estadual - tenha contido as despesas nas costas dos seus funcionários, como ocorreu aqui, no Estado do Paraná, a nível maior, a nível de Estado, com o funcionário estadual cujo vencimento, cujo aumento de vencimento ficou detido no Tesouro do Estado e que resultaria, se aplicado em investimento, resultaria numa soma vultosa capaz de construir mais de 20 km de estrada asfaltada. Esse é um cálculo que já expendi da tribuna.

Ocorre que, nessa política, o que se sabe, o que se fala, o que se informa, é que o Sr. Secretário da Agricultura estaria sendo cogitado para assumir a uma vaga aberta no Tribunal de Contas e que o atual Diretor da Fundação seria o pretense, ou provável, ou real ocupante dessa possível vaga da Secretaria da Agricultura.

E o meu raciocínio é que talvez essa atitude reclamada pelo pessoal do quadro da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, talvez esse Diretor esteja fazendo isso para se valorizar

ante o suor e a dedicação desses funcionários, a exemplo de tantos outros que servem anonimamente o Estado, que servem anonimamente à sociedade, quem sabe com muito mais valor do que aqueles que aparecem, permanentemente, na imprensa, promovendo-se pessoalmente.

Congratulo-me com a preocupação de V. Exa. e lamento ter que trazer, neste apêndice, neste aparte, estes esclarecimentos que eu queria ter oportunidade de deixar registrado nesta Casa.

Receba, nobre Deputado, minha admiração, meu apreço a essa explanação de V. Exa.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço a forma gentil de V. Exa., assim como a oportunidade que se me dá de fazer incluir, neste meu pronunciamento, mais um exemplo ilustrativo da idéia, a propósito da qual fiz menção no início, sobre o regime de semi-escravidão que impera, de certa forma, na administração pública.

Concedo o aparte ao Deputado Enéas Faria, e em seguida, ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminente Deputado Accioly Neto, não conheço o texto das iniciativas que V. Exa. acaba de propor a esta Casa. Entretanto, conheço a gravidade da questão que V. Exa. enfoca. Como conheço também o talento e o bom senso de V. Exa.

Os cumprimentos pela luta que V. Exa. inicia, empalma, endossa e faz com que esta Casa se alerte e desperte, buscando uma equação para o problema.

Quero também, eminente Deputado, congratular-me com V. Exa. mais ainda pelo pioneirismo até, da luta pela redenção da criatura humana que presta serviços à administração pública.

Sei que a atitude de V. Exa. agora adotada, não deverá parar aí, e mesmo, estimuladas por V. Exa., outras iniciativas haverão de surgir buscando, como dizia, a redenção daquele que presta serviços à administração.

Envaideço o trabalhador braçal, o humilde zelador, passando pelo professorado e em especial, pela absurda e esmerda situação do suplementarista até mesmo ao funcionário de nível superior. Todos eles, enfrentando e vivendo situações difíceis e inaceitáveis. Cumprimento V. Exa. pelas iniciativas que propõe e, principalmente, pelo pioneirismo da luta e redenção que V. Exa. acaba de encarnar nesta Casa.

O SR. ACCIOLY NETO — Sou-lhe grato, Sr. Deputado Enéas Faria, pelos incômios que reconheço não merecer, que decorrem, sobretudo, da solidariedade de que V. Exa. sempre emprestou às causas que dizem respeito notadamente aos funcionários públicos.

Concedo o aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Nobre Deputado Accioly Neto, assinei com V. Exa. o plano autorizatório do Legislativo para o Executivo, por entender seu assunto momentoso. E, a exemplo dos procuradores e a exemplo dos servidores, do então hoje Instituto Fundação de Geografia Terras e Colonizações, também quero lembrar, de um modo geral o esquecimento que o Executivo, já desde 64, vem mantendo com relação aos servidores qualificados, muitas vezes por exigência própria do Executivo. Melhor explicando, o Executivo tem exigido maior qualificação funcional para determinadas séries de classes, fazendo com que, a seus próprios meios, e a sacrifício da bolsa do próprio servidor, muitos deles tenham que freqüentar cursos para poderem exercer funções. Esquecendo-se, posteriormente, das obrigações do Executivo com relação a estas exigências ao funcionário. O funcionário se submete a um tratamento especializado com vistas, evidentemente, ao prêmio do concurso "a posteriori" do curso, e a promoção devida ao seu novo gabarito profissional. E nós citamos um exemplo, de um exemplo: de auxiliares e inspetores de saneamento, mais particularmente, auxiliares de saneamento, São

centenas no Paraná que foram recrutados e estão sendo recrutados pelo Executivo para que, melhorando o seu gabarito profissional, produzam mais, adquiram mais condições para o manejo do serviço. No entanto, e mesmo depois desses cursos, eles recebem novas incumbências, mas, não recebem novos ordenados.

Então, eu quero me juntar a V. Exa., para que, alto e a bom som façamos agora, de mãos dadas, uma campanha de sensibilização a este que é um Governo sensível e humano, pelo quanto daqui e até aqui podemos ver, para que, também os auxiliares de saneamento, inspetores de saneamento e agentes sanitários sejam lembrados, e até em plano de lei proposto por mim, já há 5 anos atrás e que mereceu o veto do então Governador, Parigot de Souza, propúnhamos um prazo de obrigação do Executivo, para com esse tipo de funcionário que, a seu próprio sacrifício e por determinação superior, teve que melhorar o seu gabarito profissional, e foram esquecidos porque os concursos até hoje não foram abertos e o desvio funcional já se soma a 10 anos ou mais, e os seus cargos, os seus vencimentos ainda são os mesmos de épocas anteriores aos cursos que aqueles funcionários efetuavam, dos quais, na época tínhamos o prazer de ser um dos professores. Então, Deputado Accioly Neto, é oportuno o momento e o pronunciamento de V. Exa., para que, nesta data, neste dia 13 de maio talvez não lembrando a escravatura porque seria demais comparar, mas, usando do tema que acho válido, façamos a independência em um País democrata porque, entendemos que a liberdade é somente plena, quando nós temos condições de pleno uso dela.

Parabéns a V. Exa., pela iniciativa.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa. que me honra sobremaneira, principalmente porque de um lado, se propõe a compartilhar dessa luta em favor do servidor público de um modo geral, ao tempo em que, ao reafirmar como profissão de fé, a circunstância de ser o atual Governo, sensível e humano, muito será útil a sua participação neste movimento destinado exatamente a acordar a sensibilidade e o humanismo do Governo que se encontra, momentaneamente numa letargia profunda, da qual deve ser acordado, de imediato.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento). — Nobre Deputado Accioly Neto, V. Exa. retrospectiva, aproveitando o dia consagrado à libertação dos escravos no Brasil, fatos históricos que refletem extremamente nos dias de hoje, e, muito principalmente, na administração pública deste País e do Estado do Paraná.

Lembro-me, neste instante, de uma estrofe de um dos poemas de Castro Alves que dizia e que diz, porque ele existe: "Eia, eia, negro vadio".

E o que está acontecendo na administração pública deste País e, principalmente, do Paraná, é a escravidão, não negra mas, a escravidão branca, representada pelos funcionários públicos deste Estado que vivem sob a chibata de um feitor, donatário, determinador e violento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Lamento informar ao eminente Deputado Accioly Neto, que o seu tempo está esgotado e concedo mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — E para analisar bem rapidamente, citarei, apenas, uma classe de funcionário deste Estado, os chamados "PS". É simplesmente vergonhoso a estrutura de escravatura imposta neste Estado. Existem os chamados "PS", integrantes do Pessoal Suplementar de Serviço deste Estado, que recebem, ainda hoje, depois de 5, 6, 7 anos de trabalho, menos de mil cruzeiros, por mês. A pior escravatura é a escravatura da falta de consciência, de responsabilidade dos governantes. Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa., também ilustrativo e que enriquece este pronunciamento modesto que fiz, tenho certeza, de que não eu, porque

apenas sou proponente, mas os advogados e procuradores, integrantes da Procuradoria Geral do Estado, contarão com o valioso e decidido apoio de cada um dos Srs. Deputados.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do MDB, se pretende usar o horário que lhe é reservado. (Pausa). Havendo declinado, consulto a Liderança da ARENA se pretende usar do horário a ela reservado. Com a palavra o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somente para fazer um reparo; no final do pronunciamento do Deputado Accioly Neto, quando após o nosso apoio referiu-se ao Governo do Estado em suas palavras como um governo omisso e insensível. Eu apoiiei e continuo fazendo por entender que a matéria é relevante e oportuna. Mas, sobretudo, e deixei bem claro, apoiiei a proposição do Deputado Accioly Neto e citei exemplos de complementação, nesta matéria, neste mister, que esta Casa de Leis deve também juntar ao tema dos procuradores, porque este Governo já demonstrou a sua sensibilidade e a sua preocupação em relação a teses desta natureza. Porque se hoje eu fosse novamente recompôr o meu projeto de lei com relação ao aproveitamento e a justiça que deviam ser feitas a funcionário com cursos técnicos propostos pelo Executivo, a exemplo dos Auxiliares de Inspectores de Saneamento; os Delegados de carreira, Delegados de Polícia; Escrivães de Polícia e Agentes de Polícia que também se incorporavam à época ao meu projeto de lei, hoje já não mais eu poderia recompôr o meu projeto porque já parte da minha proposição foi atendida pelo Governo Jayme Canet Júnior.

E hoje, se necessário fôr, vou reconstituir a minha proposta ao Executivo e haveria de em recompondo prestar uma homenagem ao Governo Jayme Canet.

O SR. ACCIOLY NETO — Tem o meu apoio.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito obrigado. Porque nós tínhamos também a exemplo dos Auxiliares de Inspectores de Saneamento, Delegados de Polícia de carreira em exercício da função de Delegado de Polícia e não percebendo porque não houve, até este Governo não tinha havido ainda, os concursos necessários para as promoções devidas. E agora já a justiça foi feita, porque entendo, sensibilizado é para o tema, S. Exa. o Governador Jayme Canet.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Quielse Crisóstomo, esse Governo que aí está iniciou a sua gestão cercando-se de um formidável instrumental para tratar exatamente do funcionalismo público. E hoje, com largos ônus o Estado mantém até mesmo uma Secretaria de Estado específica para levantar, detectar, organizar, solucionar, orientar o problema do seu funcionalismo público. Tantas e tantas iniciativas partidas desta Casa, tantas e tantas reivindicações originadas diretamente em várias categorias funcionais não mereceram a sensibilidade de S. Exa. o Sr. Governador. Tantas e tantas iniciativas receberam até mesmo o título da omissão dele, S. Exa. Não quero aprofundar esse debate agora, eminente Deputado, porque mais uma vez o Sr. Governador terá oportunidade de mostrar que não é omisso e que não é insensível, dando a sanção às iniciativas agora propostas e pelo que se colhe dos Deputados presentes, merecerá o apoio e a aprovação desta Casa.

Terá S. Exa., mais uma vez, a oportunidade de corrigir em parte algumas das distorções que se verificam no funcionalismo público. — Muito obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — E nós então, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, faríamos agora em aditamento ao que sobre a matéria já foi dito, um agradecimento a este Governo em nome dos Delegados de carreira que hoje já estão em pleno exercício e com seus proventos adequados à função. Também aos escrivães e também aos Agentes de Polícia, motivo pelo qual nós acreditamos que haverá de merecer de S. Exa. a proposta de Lei,

o plano de Lei que esta Casa haverá de encaminhar de autoria do eminente Deputado Accioly Neto.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, devidamente apoiado, constante do expediente. Irá à C.C.J.

Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, devidamente apoiada, constante do expediente.

Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, devidamente apoiada, constante do expediente, ambas recebidas, publique-se no Diário da Assembléia em avulso e encaminhe-se aos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei No. 117/76, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Andrada, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI No. 117/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Andrada, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2o. — As despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Jurandir Messias, Relator.

Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro à Mesa, seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) A Presidência defere e solicita ao Sr. 1o. Secretário que procede a chamada

nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Responderam a chamada nominal 22 Srs. Deputados.

Não há quorum para a votação.

Encerrada a discussão da Redação Final do Projeto de Lei No. 117/76.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Pires, ocorrido na cidade de Borrazópolis.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à 1a. Igreja Batista de Curitiba, pelo transcurso do 63o. aniversário de sua solene organização.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários de Segurança Pública e da Justiça do Estado, encarecendo providências no sentido de ampliar e aprimorar os dispositivos para repressão ao crime e à violência na cidade de Maringá.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos Srs. Advogados e Procuradores integrantes da Procuradoria do Estado do Paraná.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, referente à receita e despesa do referido órgão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-trângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações dos motivos de não inclusão do percurso Amaporã-Planaltina do Paraná e outros, no plano para pavimentação divulgado no último dia 10.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei No. 03/77.

Levanta-se a sessão.